

O esgotamento do modelo puntofijista e a ascensão de Chávez

VERENA HITNER*

Resumo

O objetivo do trabalho é compreender o processo político e econômico de abertura do final do século passado que teve como consequência a ascensão do atual governo. O texto pretende, para isso, entender os limites internos do processo venezuelano, que, além de ter sido o primeiro país sul-americano a eleger um candidato crítico ao neoliberalismo, a crise do modelo de abertura econômica da década de 1990 teve como consequência a crise do modelo político vigente. Venezuela, apesar de ter um processo de desenvolvimento similar ao de outros países da região, tem a especificidade de ser um país petrolífero. A hipótese do trabalho é a de que a eleição de um candidato com discurso radical de ruptura com o status quo se faz possível em uma sociedade como a venezuelana, que historicamente tem uma consciência rentista. No trabalho será discutido que essa característica venezuelana, associada à perda de legitimidade política e econômica do modelo puntofijista possibilitou a ascensão de Chávez.

Palavras-chave: Punto Fijo; governo Chávez; sistema político venezuelano.



* **VERENA HITNER** é doutoranda em Estudios del Desarrollo pelo Centro de Estudios Del Desarrollo, CENDES, Venezuela.

Introdução

O trabalho tem por objetivo discutir a crise do modelo político do Punto Fijo, que levou, em 1998, à eleição de Hugo Chávez, com ênfase em três de seus principais fatores: o rentismo, o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico e o esgotamento do modelo político. Sobre o primeiro fator, ressalta-se que esse é um problema estrutural e histórico venezuelano, que dá ao país a sua maior especificidade em relação aos vizinhos sul-americanos que viveram, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, processos mais ou menos semelhantes aos ocorridos na Venezuela, mas que nesse momento deve ser mais cuidadosamente analisado para que se tenha uma melhor visão do significado das políticas que seguiram a crise da dívida. Não se trata de uma discussão sobre as consequências econômicas do rentismo¹, mas sim das consequências sociopolíticas da dependência petroleira, que gera uma consciência rentística.

Sobre o esgotamento do modelo econômico, cabe dizer que é um processo que se inicia no final da década de 1970, mas que ganha força em 1982, com a crise da dívida, que teve como principais efeitos o alto déficit fiscal, grande fluxo de capital saindo ao exterior, decréscimo do PIB, aumento do desemprego e da inflação, a evidência da ineficiência do aparato produtivo e ineficiência do setor público para controlar o gasto.

Em relação ao terceiro fator, o esgotamento do modelo político, discute-se a crise de representatividade dos partidos que começa a surgir no

início da década de 1980. Esse esgotamento se expressa em uma crise dos partidos tradicionais e da conciliação das elites, que teve como consequência uma baixa capacidade de reorientar o modelo de desenvolvimento. Além disso, nesse momento, o regime *puntofijista* passou por uma crise de efetividade, ou seja, o governo não ganhava eleições², o que demonstra uma grande insatisfação popular.

O rentismo

Historicamente, a Venezuela depende do petróleo. A partir de 1958, com o Pacto de Punto Fijo, a divisão do poder político teve como uma de suas consequências a divisão da renda petroleira entre os agentes centrais do regime (URBANEJA, 2009). A discussão proposta nessa seção é uma tentativa de esclarecer o significado dessa divisão política da renda petroleira. Ou seja, trata-se de uma interpretação das consequências da dependência petroleira para a política nacional.

Na Venezuela, desde a descoberta do petróleo e de seu uso comercial nos anos 1920 até os anos 1970, o impacto do produto na economia do país era visto como bastante positivo. Apesar da percepção por parte dos atores políticos da necessidade de “semear o petróleo”, a dependência em relação a ele, nesse momento, não era colocada em cheque. Baptista argumenta que, pelo menos entre os anos 1920 e 1960, a distribuição da renda petroleira e a sobrevalorização da taxa de câmbio beneficiaram a Venezuela, pois impulsionaram o crescimento econômico, incentivaram a expansão do

¹ Essa discussão pode ser bem analisada nos textos de Mommer, 1999, Baptista, 1997, Barros, 2007, Severo, 2009.

² A exceção a isso foi a segunda vitória do adeco Carlos Andrés Pérez, que sucedeu Jaime Lusinchi, também membro do Partido Acción Democrática.

mercado interno e garantiram o acesso fácil às importações de bens de capital e intermediários na etapa inicial do processo de industrialização (BAPTISTA, 2004, p. 69). Entretanto, devido aos seus problemas estruturais, com o tempo, foi diminuindo a capacidade da economia de absorver as divisas internacionais de forma eficiente.

As razões do “capitalismo rentístico” para Asdrúbal Baptista eram o crescente aumento da renda distribuída pelo Estado de maneira desconectada da produção e a má distribuição e aplicação desses recursos internamente. A tese “capitalismo rentístico” sustenta que, na Venezuela, a renda petroleira é entendida como uma renda internacional da terra e, portanto, não é produto do esforço produtivo interno. A renda, então, apropriada e distribuída pelo Estado, deu lugar a um caso particular de desenvolvimento capitalista impulsionado pelo Estado devido à receita advinda da renda internacional da terra. Esta lógica permeia toda a sociedade venezuelana (BAPTISTA, 2004, p. 17).

Uma vez que o dinamismo econômico é ditado pela apropriação de uma renda internacional, a disputa entre as classes sociais pela participação no excedente é uma disputa pelo poder político. Por essa razão, uma vez pactuado entre os partidos políticos um programa mínimo comum³, e entre as duas principais classes da sociedade venezuelana um acordo de entendimento e auxílio mútuo⁴, o **Estado venezuelano nunca**

³ O programa mínimo comum estava previsto no Pacto de Punto Fijo 31 de outubro de 1958, em seu parágrafo 3º, o qual determinava os princípios de caráter geral aos quais se comprometiam AD, Copei e URD.

⁴ Pacto de Avenimiento Obrero-Patronal assinado em 24 de abril de 1958 pela Federación Venezolana de Cámaras y

se viu obrigado a pensar mecanismos de conciliação institucional entre as classes.

De acordo com AUTY & GELB (2001) a concentração de renda apenas em um setor favorece a formação de instituições públicas para executar políticas de redistribuição sob formas patrimonialistas, clientelistas ou corporativistas. Para eles, a construção dessas instituições rentistas transforma as relações entre os atores sociais e o Estado de tal modo que uma “cultura social rentista” se impõe. Desta forma, o acesso às benesses das riquezas naturais é determinado predominantemente por troca de favores, o que dificulta a organização autônoma dos setores sociais desfavorecidos e gera uma situação de dependência clientelista.

O modelo de crescimento e acumulação baseado na renda do petróleo garante sua repartição, ainda que desigual, a grande parte dos estratos da população, centralizando no político a tomada de decisões pertinentes para o desenvolvimento de tal modelo; esta função distribuidora da renda petroleira, que gerava lealdades, combinou com o regime democrático como forma de processar consensos e processar acordos entre os atores sociais (SONNTAG & MAINGON, 1992, p. 83). Desse modo, a sociedade rentista apresenta uma característica patrimonialista, em que é mais satisfatório encontrar uma posição social que permita uma aproximação maior em relação ao Estado do que encontrar uma maneira de aumentar a produtividade do trabalho. O regime *puntofijista* foi, portanto, um sistema de repartição do poder político no qual os partidos tinham um papel central e dividiam, por isso, a renda petroleira

Asociaciones de Comercio y Producción (FEDECAMARAS) e pelo Comité Sindical Unificado (CSU).

entre os atores que julgavam centrais para a estabilidade democrática.

O outro elemento do regime são suas regras de decisão (URBANEJA, 2009, p. 13), que vão reger a distribuição das cotas da renda petroleira aos distintos setores e aos distintos objetivos. Desses elementos derivam o que URBANEJA (2009, pp. 13-15) chamou de regras de *Punto Fijo*. De acordo com a primeira regra, a repartição dos recursos provenientes da renda petroleira deveria ser feita de tal forma que nenhum setor significativo⁵ do país sinta que seus direitos estão sendo sistematicamente renegados em benefício de outro setor. A outra regra é a aversão ao conflito, consequência da anterior. Ou seja, o objetivo de tal diretriz era evitar a confrontação com algum setor significativo do país. Tratava-se, portanto, de um mecanismo que o autor sintetizou como “*maximizar o consenso e diminuir o conflito*”.

A lógica rentista permeou a história venezuelana desde o início da produção comercial de petróleo na década de 1920 e teve consequências estruturais desastrosas para a política e para a economia do país. A lógica prevaleceu na década de 1950, na assinatura do *Pacto de Punto Fijo* que estabeleceu o regime político que perdurou por quarenta anos no país; aprofundou-se na década de 1970 com a nacionalização da indústria petrolífera venezuelana, e seguiu ao longo dos anos 1990, até hoje⁶.

⁵ Para Urbaneja (2009, p. 14) setores significativos são os “*sectores con un poder real de amenazar la estabilidad política y el proceso de consolidación de la democracia. En especial aquello que demostraron tener tal poder en los años del trienio 45-48*”

⁶ Vale frisar mais uma vez que a lógica rentística da sociedade não mudou com a queda do regime de *Punto Fijo*. Trata-se de uma característica estruturante da sociedade

A crise do modelo de desenvolvimento

A Venezuela, tal como os demais países da região, sobretudo ao longo da década de 1970, optou pelo crescimento via endividamento e em 1982, quando teve início a crise da dívida latino-americana, não ficou imune. Em 1982, quando teve início a crise da dívida latino-americana, o copeiano Luis Herrera Campins (1979-1984) era o Presidente da Venezuela. Herrera Campins assumiu o governo com um discurso crítico à política expansionista realizada pelo seu antecessor, Carlos Andrés Pérez (1974-1979). Em seu discurso de posse afirmou que recebia do antecessor “um país hipotecado”⁷. Ainda em 1979, sem suspeitar que ocorreria o segundo *boom* petroleiro, o governo adotou políticas austeras de ajustes econômicos recessivos, que foram substituídas por uma nova

venezuelana que, para ser transformada, necessitaria mudanças na construção cultural do imaginário coletivo. Para Baptista (2004, p. 17) esgotamento do modelo rentístico ocorreria a partir do ponto que é inviabilizada a compatibilidade entre a rentabilidade dos investimentos e a manutenção da remuneração dos trabalhadores. Neste momento, a sociedade entraria em estagnação, que apenas poderia ser superada dentro de outro modelo de acumulação. Esse trabalho não tem o objetivo de debater esse assunto; essa seção trata de explicitar o problema da lógica rentística para as relações políticas e estatais do país.

⁷ “*El país reclama con urgencia la austeridad y mi gobierno la tendrá como regla y guía. Vamos ponerle freno a la prodigalidad. Vamos a disciplinar el gasto público, para que las inversiones se apliquen con el propósito trazado y den la mayor productividad social... Me toca una economía desajustada y con graves desequilibrios estructurales y de presiones inflacionarias y especulativas, que han erosionado alarmantemente la capacidad adquisitiva de las clases medianas y de los innumerables núcleos marginales del país. Recibo una Venezuela hipotecada*” (HERRERA CAMPINS, 1979, apud LUONGO, 2007, pp 23-24)

política expansiva depois da crise do Oriente Médio de 1979, responsável pelo novo boom petrolífero. A incerteza econômica resultante das políticas contracionistas do início do governo de Luis Herrera Campins seguida pelo aumento do endividamento externo provocaram uma substancial queda no investimento privado no país. Depois desse momento, os níveis de investimento nunca mais se recuperaram, contribuindo assim com o estancamento econômico e com a queda da produtividade das décadas seguintes (GARCÍA LARRALDE, 2005, p. 127). Essa nova (velha) política ampliou a crise econômica vivida pelo país, uma vez que ampliou o rentismo associado ao endividamento externo.

Muitos autores (BAPTISTA, 1997, MOMMER, 1999, LÓPEZ, 2001, BARROS 2007, SEVERO, 2009) discutem o problema da falência do capitalismo rentístico ocorrido nesse momento da economia venezuelana. Segundo esses autores, a partir de 1978, a economia venezuelana tornou-se incapaz de absorver a renda do petróleo, o que foi agravado pela adoção de políticas econômicas equivocadas que implicaram a privatização da renda. Apesar de o petróleo e a sua renda terem tido efeitos positivos sobre economia venezuelana e sobre o desenvolvimento industrial até a metade dos anos 1960, a sobrevalorização estrutural da moeda a partir do final dos anos 1970 se converteu em obstáculo ao desenvolvimento de um setor exportador não petrolífero, o que aumentou a dependência do país em relação a um único produto e fragilizou a economia nacional. O resultado político disso foi que o petróleo se transformou praticamente na única fonte de receita do Estado, o que dificultou a possibilidade de planejamento estatal e

contribuiu para o aprofundamento da lógica rentística.

Nas eleições de 1983, o *adeco* Jaime Lusinchi saiu vitorioso com uma vantagem apreciável sobre o *copeiano* Rafael Caldera, que obteve o segundo lugar. Já no seu discurso de posse dava sinais de que o modelo de desenvolvimento econômico venezuelano baseado na força do Estado na economia deveria ser substituído por outro:

“La Venezuela del presente es a la vez creación y víctima de un fenómeno bien conocido: el súbito estallido de una riqueza fácil y casi gratuita, exacerbada por el alza repentina de los precios del petróleo. Esta contingencia, que puso en nuestras manos la posibilidad inmediata de realizar grandes ambiciones, desencadenó en nuestra sociedad cambios radicales y agravó en la colectividad nacional nefastas tendencias al despilfarro, la malversación y el aprovechamiento ilícito. Paralelamente con el auge de estos vicios, acentuados en los últimos años, sobrevino la crisis del petróleo en los mercados mundiales. Se redujeron nuestros ingresos fiscales hasta el extremo de dar lugar a un déficit crónico, metódicamente disimulado con el endeudamiento irregular, incontrolado y temerario.(...) Venezuela pagara todo lo que debe (...)Repito ahora: Venezuela pagará. Y agrego: hasta el último céntimo” (apud LUONGO, 2007, p. 122).

Percebe-se pelo discurso que além da necessidade de substituição de modelo de desenvolvimento, aparece como questão central para o novo presidente o tema do pagamento da dívida. Esse tema, contudo, em nenhum momento apareceu para a população como uma

opção, uma vez que não fora tratado no período eleitoral, mas como um compromisso supremo a ser cumprido por todos os venezuelanos.

Em 1989, Carlos Andrés Pérez foi reeleito com discurso nacionalista, de retorno aos bons tempos da década anterior, mas, já em seu discurso de posse, apareceu uma agenda bem distinta da que o elegera. O programa de governo que tentou colocar em prática, assim como a forma que foi madurado e anunciado ao país, implicava uma mudança no estilo de formulação de política que até aquele momento havia caracterizado o regime *puntofijista*. Passou-se de um estilo de máximo consensualismo para um estilo tecnocrático (URBANEJA, 2009, p. 86).

Miriam KORNBLITH (1997, p. 117) argumenta que o programa de ajuste econômico apresentado em discurso de 16 de fevereiro de 1989 pelo recém-eleito Presidente Carlos Andrés Pérez e as ações e formulações subseqüentes definiram um novo conjunto de regras do jogo para reger as relações políticas, sociais e econômicas da Venezuela. Segundo a autora, se o pacto de *Punto Fijo* foi instrumento fundamental para garantir a consolidação de um regime baseado no reconhecimento da pluralidade de interesses sociais, econômicos e políticos e esse regime deu lugar a um estilo decisório baseado em um sistema de negociação e acomodação de interesses, os anos que sucederam a eleição de Carlos Andrés Pérez colocaram em cheque esse alicerce do modelo *puntofijista*.

Em 16 de fevereiro de 1989, o presidente eleito apresentou ao país um programa de ajuste econômico, o chamado “*paquete económico*”. O anúncio dessas medidas causou reação imediata na população e, entre os dias 27 e 28 de fevereiro de 1989, aconteceu

em Caracas uma enorme manifestação popular, que ficou conhecida como *Caracazo*. A partir desse episódio, algumas crenças básicas sobre as quais estava assentada a ordem democrática instituída em 1958, como que a estabilidade política e social estava assegurada, que os partidos políticos e outras agrupações gremiais eram os únicos e indiscutíveis canais de expressão das aspirações coletivas, que existia na população uma enorme confiança na democracia e sua liderança, sofreram enormes questionamentos.

O *paquete económico* teve caráter unilateral, já que foi feito de forma alheia aos interesses partidários tradicionais de *Punto Fijo* e sem apoio popular, uma vez que afetava de maneira direta, imediata e quase exclusiva, o nível de vida dos setores empobrecidos e médios da população, além de carecer de medidas que impactassem seletivamente os setores mais ricos.

A grande virada de Carlos Andrés Pérez

Em janeiro de 1990 foi apresentado ao Congresso Nacional o VIII Plan de la Nación, conhecido como *Gran Viraje*, formulado na antes mencionada alocação presidencial de fevereiro de 1989. Ao perceber a crise por que passava o modelo *puntofijista*, o Plano propunha mudanças nos níveis econômico, político e social. No âmbito político, percebia a crise da economia rentística, dependente da exportação petrolífera; no âmbito social havia o velho diagnóstico de que o país sofria uma enorme desigualdade social; no nível político, apesar de considerar a democracia como estável no país, considerava que o sistema político passava por dificuldades por causa da perda de legitimidade por que passara o

sistema partidário *puntofijista* desde 1958.

Como parte importante da crítica em relação ao modelo anterior, o *Gran Viraje* propunha uma nova forma de relacionamento entre Estado e setor privado, assim como uma nova definição do papel e tamanho do Estado e do setor público e do setor privado nacional e estrangeiro. Sobre a nova estratégia de desenvolvimento, argumenta o plano:

“La gestión del Estado concentrará sus esfuerzos y sus recursos en lograr el propósito fundamental de una mejor distribución del ingreso. **Sin embargo**, la verdadera base de una política redistributiva se logrará con niveles de empleo crecientes, creando condiciones materiales y culturales que proporcionen el crecimiento a través de políticas económicas que protejan los equilibrios básicos y produzcan los cambios estructurales en el funcionamiento del aparato productivo” (VENEZUELA, VIII Plan de la Nación, 1990, p. 5, grifo da autora)

Ou seja, a estratégia de desenvolvimento mudou radicalmente ao deixar de considerar a questão social como uma função prioritária do Estado, transformando-a em consequência dos bons resultados das políticas econômicas e da mudança estrutural no funcionamento do setor produtivo. A industrialização, que no período anterior era pensada como um instrumento de desenvolvimento nacional e que, portanto, antes de exportar, o país deveria produzir mais e melhor a fim de poder desenvolver uma indústria nacional forte capaz de competir nacional e internacionalmente, passa a ser entendida como um processo que deve buscar tecnologia em outras partes do mundo e deixa de ser pensada

desde dentro e passa a ser vista dentro de um projeto de desenvolvimento *para fora*, ou de competitividade internacional.

Dentro desse projeto, o setor privado teria papel protagônico. Propunha-se “*la expansión acelerada de la inversión privada, que generará un efecto multiplicador de crecimiento económico*” (VENEZUELA, VIII Plan de la Nación, 1990, p. 10). Desse modo, foi transferido ao setor privado um papel ativo, autônomo e central na economia. Em contrapartida, esperava-se do Estado um incremento de sua produtividade, disciplina fiscal e desregulamentação. O *Gran Viraje*, apesar de não questionar os marcos gerais de *Punto Fijo*, dava início a uma reestruturação política e institucional do Estado, que teria, futuramente, consequências que marcariam, o fim da *IV República*.

A crise do modelo político

Diferente do que acontecia no passado, cada vez ficava mais difícil assegurar a harmonia social e política por meio da renda do petróleo e da função mediadora do Estado. A consequência disso foi uma crise no mecanismo de geração de consenso associada a uma crise de representatividade e legitimidade da política tradicional.

No que diz respeito a esse segundo ponto, ressalta-se que tanto no âmbito da prática política como nos princípios jurídicos e constitucionais, os partidos políticos tinham uma posição privilegiada no sistema político venezuelano. Eram organizações policlassistas, de alcance nacional, com estruturas internas hierarquizadas, centralizadas e disciplinadas. Esse modelo de organização partidária foi desenvolvido inicialmente pela AD, nos anos 1940, quando fora criada, e foi

adotado pelo resto dos partidos independentemente de sua filiação ideológica. Assim, os partidos em *Punto Fijo*, se converteram no principal canal de vinculação entre o Estado e a sociedade civil. As dificuldades econômicas da década de 1980, a implantação de um programa de ajuste econômico em 1989 e os seguidos casos de corrupção envolvendo os partidos e seus líderes, entretanto, levaram ao questionamento da capacidade dos partidos políticos como administradores da coisa pública.

Se nas eleições de 1958, 1963, 1968 e 1973 a abstenção eleitoral foi em média 5,3% da população, nas eleições de 1978 as abstenções alcançaram 12,5% da população, em um país onde o voto era obrigatório e a abstenção era penalizada com sanções. Com o passar dos anos, a apatia eleitoral aumentou, chegando a 39,8% de abstenções dos eleitores nas primeiras presidenciais com o voto facultativo, em 1993.

As eleições de 1993 também representaram ruptura no sistema bipartidário, quando Rafael Caldera, um dos fundadores da Copei e um dos três signatários do pacto de *Punto Fijo*, obteve 30,46% dos votos para presidente encabeçando uma nova legenda, chamada Convergencia. Os partidos tradicionais, que nas eleições de 1988 haviam obtido 92% dos votos, nesse processo eleitoral de 1993 obtiveram apenas 45%. Outro fato que torna essa eleição significativa foi o crescimento da Causa R⁸. Pela primeira

⁸ Causa R foi um partido de inspiração marxista, fundado por um grupo de dissidentes do Partido Comunista da Venezuela (PCV) em 1971. Além da candidatura de Andrés Velásquez à presidência em 1993, o partido foi importante pois teve participação ativa na tentativa de golpe de fevereiro de 1992 contra o governo de Carlos Andrés Pérez. Além disso, dissidentes da esquerda do Partido, como Alí Rodríguez

vez desde 1968 um candidato de esquerda, como Andrés Velásquez, obteve mais de 20% dos votos. Desde 1973 o terceiro lugar das eleições presidenciais era preenchido por um candidato da esquerda. O que torna essa eleição diferente é o fato de que o candidato da esquerda saltou de 5% do total de votos nas votações em que a esquerda teve os melhores resultados, para 21,95% do total de votos nacionais.

Pode-se dizer, portanto, que as eleições de 1993 representaram a volta de um multipartidarismo instável depois de mais de trinta anos de disputa política entre apenas dois partidos. Rafael Caldera ganhou as eleições, mas, uma vez que a legitimidade do governo e do próprio sistema estavam abaladas, o novo presidente tinha a inglória missão de reorganizar a democracia venezuelana com base em um novo sistema de objetivos e com novas regras de decisão. Essa situação de crise por que passava o regime levou o governo a uma política casuística destinada a manter o prestígio de Caldera, entendido, então, como o pilar central da estabilidade política que se tinha e que se queria reconsolidar (URBANEJA, 2009, p. 102).

Considerações finais

A eleição de um candidato com discurso radical de ruptura com o *status quo* foi possível em uma sociedade como a venezuelana, que, historicamente, tem uma consciência rentista, responsável por retirar do Estado a necessidade de interiorizar o capital e o trabalho em sua estrutura. Essa separação que existe entre Estado e Sociedade permitiu, ao longo da história venezuelana, a eleição de candidatos autônomos em relação

Araque fundaram, em 1997 o Partido Pátria para Todos (PPT), que compôs a coalizão Pólo Patriótico que elegeu, em 1998, Hugo Chávez (1999-)

aos partidos e com projetos políticos próprios. Essa característica da política venezuelana, associada à perda de legitimidade política e econômica do modelo de *Punto Fijo* permitiu a ascensão de Chávez.

O Pacto de *Punto Fijo*, estabelecido em 1958 foi um sistema que garantiu a repartição do poder político entre os três principais partidos da época e da renda petroleira entre os diversos setores da sociedade. Uma vez pactuado entre os partidos políticos um programa mínimo comum, e um acordo de entendimento e auxílio mútuo entre o sindicato patronal e o trabalhista, o Estado venezuelano nunca se viu obrigado a pensar mecanismos de conciliação institucional entre as classes. A construção de instituições societárias rentistas transforma as relações entre os atores sociais e o Estado de tal modo que uma “cultura social rentista” se impõe. Desta forma, o acesso às benesses das riquezas naturais é determinado predominantemente por troca de favores, o que dificulta a organização autônoma dos setores sociais desfavorecidos e gera uma situação de dependência clientelista.

O final da década de 1970 marca o início da crise desse modelo rentista. A Venezuela, por ter optado na década de 1970 pelo crescimento via endividamento, tal qual fizeram os outros países da região, também sofreu com a crise da dívida, sendo, como a maioria dos países da região, obrigada a recorrer ao auxílio financeiro do Fundo Monetário Internacional. Essa conjuntura venezuelana garantiu que na década seguinte o país tivesse uma orientação econômica muito similar à dos demais países da região.

A especificidade da falência desse modelo na Venezuela advém do fato de que junto com a crise econômica, se

explicita uma crise política em um país no qual por quarenta anos existiu uma democracia representativa mais ou menos estável. Esse era um componente importante que distinguia o processo venezuelano dos demais ocorridos na América Latina. Enquanto na maioria dos países da região a maior abertura econômica foi acompanhada pela abertura política, uma vez que os países saíam de anos de ditadura, na Venezuela, o liberalismo ocorreu em um regime político aparentemente estável e foi implantado por dois dos principais líderes políticos do passado, que além de terem sido importantes figuras na elaboração do pacto político de *Punto Fijo*, também tinham sido presidentes defensores do modelo anterior de domínio do Estado sobre a economia. A transição venezuelana para o neoliberalismo aponta não apenas para a desconexão entre a população e o governo, como para a crise do sistema partidário, que já não era capaz de oferecer alternativas concretas à população.

Referências

AUTY, G.M., & GELB, A. H., Political Economy of Resource Abundant States, In: **Resource Abundance and Economic Development**, 2001, Oxford: Oxford University Press, 2001

BAPTISTA, Asdrúbal, El capitalismo rentístico: bases cuantitativas de la economía venezolana In: **Cuadernos del CENDES**, año 22, n. 60, tercera época, sep.-dec.2005, Caracas: UCV, pp. 95-111.

_____, **Teoría Económica del Capitalismo Rentístico: economía, petróleo, renta**. Caracas: ediciones IESA, 1997.

BARROS, Pedro S., **Governo Chávez e Desenvolvimento: a política econômica em processo**. São Paulo, 161 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

BCV, Informes Anuales del Banco Central (vários anos). Disponível em

<http://www.bcv.org.ve/c1/Publicaciones.asp?Codigo=91&Operacion=2&Sec=True>

KORNBLITH, Miriam. **Venezuela en los 90: las crisis de la democracia**. Caracas: Ediciones IESA & UCV, 1997.

LUONGO, Luis José da Silva. **De Cipriano Castro a Carlos Andrés Pérez (1899-1979): hechos, vivencias y apreciaciones**. Caracas: Monte Ávila, 2000.

MOMMER, Bernard. **The new governance of Venezuelan Oil**, Oxford: Institute for Energy Studies, 1998. Disponível em : <http://www.oxfordenergy.org/pdfs/WPM23.pdf> . Capturado em 10/01/2010.

REY, Juan Carlos, El sistema de partidos venezolano, 1830 – 1999 *In: Temas de formación sociopolítica*, n. 16-36, Caracas: Fundación Centro Gumilla e UCAB, 2009.

SEVERO, L. Wexell, **Economía venezolana (1899-2008): La lucha por el petróleo y la emancipación**, Caracas: Fundación editorial el Perro y la rana, serie pensamiento social, 2009.

SONNTAG, Heinz R & MAINGON, Thaís. **Venezuela: 4-F 1992. Un Análisis Sociopolítico**. Caracas: Nueva Sociedad, 1992

URBANEJA, D. Bautista, La política venezolana desde 1958 hasta nuestros días. *In: Temas de formación sociopolítica*, n.7, Caracas: Fundación Centro Gumilla e UCAB, 2009.

VENEZUELA, Oficina Central de Coordinación y Planificación. **El gran virage. Lineamientos generales del VIII Plan de la Nación**, Caracas: Cordiplan, 1990.